



TRAGÉDIA NA VENEZUELA

Governo em xeque

Desgastada por protestos e críticas dos moradores contra a resposta lenta e deficiente aos terremotos, presidente assiste ao desembarque de fuzileiros dos EUA para atuar em reparos. Trump dobra a ajuda para o país

Em meio aos esforços desesperados para encontrar e resgatar sobreviventes entre os escombros de prédios que ruíram nos terremotos gêmeos da noite de quarta-feira, moradores e voluntários civis dirigem cada vez mais sua indignação contra o governo da presidente interina Delcy Rodríguez, a vice que assumiu o cargo após a captura de Nicolás Maduro pelos Estados Unidos, há pouco menos de seis meses. Confrontados com a insatisfação em alta, os herdeiros do regime chavista assistem, paralelamente, à intervenção crescente de Washington, que enviou militares para auxiliar nas operações e anunciou a decisão de dobrar a ajuda financeira imediata ao país — dos US\$ 150 milhões anunciados originalmente para US\$300 milhões.

As queixas contra as autoridades se voltam para a ineficácia na resposta à tragédia, embora a presidente tenha decretado o estado de emergência na própria noite em que a terra tremeu por duas vezes — com magnitude de 7,2 e 7,5 na escala Richter. As equipes de socorro, protestam os venezuelanos, chegaram tarde e, especialmente no caso dos militares, despreparadas para a missão.

“Nós mesmos fazemos tudo, nós mesmos nos ajudamos, confiando que Deus nos sustenta”, declarou à agência de notícias France-Presse (AFP) Dayana Lean, de 51 anos, na praia Los Cocos, em La Guaira, estado vizinho à capital, Caracas, e a área mais atingida. “Eles (os soldados) ficaram encostados em uma parede enquanto nós tínhamos de retirar uma pessoa que estava morta”, gritava o comerciante Alexander Mijares, na mesma região. “Por que não vieram com pás e picaretas? Por que vieram com fuzis e armas? Onde está a guerra?”

Coube ao presidente da Assembleia Nacional, Jorge Rodríguez — irmão da presidente — apresentar um novo balanço de vítimas e danos. Passados cinco dias da calamidade, o governo contabilizava 1.719 mortos e mais de 5 mil feridos. Em termos materiais, 885 edificações danificadas e ao menos 189 completamente

destruídas. O serviço de satélites Copernicus, da Agência Espacial Europeia, detectou um total de 1.304 prédios atingidos e 434 arrasados. A partir desses números, o Escritório para Coordenação de Assuntos Humanitários (Ocha) das Nações Unidas estimava que o número de desabrigados pode chegar a 7 milhões, e calculava prejuízos da ordem de US\$ 6,7 bilhões. A ONU, que menciona um número de até 50 mil desaparecidos, ofereceu 10 mil bolsas mortuárias.

Como já havia ocorrido na sexta-feira, outro tremor secundário foi registrado ontem, com magnitude 4,6, sem causar mais vítimas ou danos, nem prejudicar os esforços de resgate. Além dos militares e bombeiros, e dos cidadãos voluntários, ajudam nas operações mais de 40 equipes de 27 países — inclusive o Brasil —, somando 2 mil socorristas e 160 cães farejadores. Encerrada a “janela” de 72 horas a partir da qual diminuem progressivamente as chances de encontrar sobreviventes, as buscas continuavam com rastreamento de sinais de celular, escuta de ruídos com auxílio de estetoscópios e o trabalho incansável de remoção de escombros, inclusive com mãos nuas.

Nas cordas

A catástrofe natural caiu sobre uma Venezuela com a economia fortemente atingida por seguidas baterias de sanções norte-americanas e, desde janeiro, imersa na indefinição política precipitada pela incursão militar e prisão do presidente. Embora tenha inicialmente proclamado fidelidade a Maduro e protestado contra a intervenção externa, a vice em exercício passou a moderar o discurso e buscar entendimentos com a equipe de Donald Trump em múltiplas esferas — movimento cristalizado na reabertura das respectivas embaixadas, em Caracas e Washington.

Atualmente, os EUA controlam as exportações de petróleo venezuelano por meio de um fundo administrado pelo Tesouro, que destina ao país

Rosalí Hernández/AFP



Comoção no sepultamento de vítimas dos tremores: população aponta ineficácia do governo interino na resposta à calamidade

verbas para atender a gastos e iniciativas determinados.

Além de ter dobrado para US\$ 300 milhões a ajuda imediata à Venezuela, o governo Trump mandou navios de guerra e ajudou a reabrir parcialmente o danificado aeroporto de Caracas. Também enviou para a Venezuela equipes de busca e resgate, formadas por mais de 300 socorristas e duas dúzias de cães. Fuzileiros navais trabalham em reparos no porto de La Guaira, um dos principais do país, considerado estratégico para o desembarque de equipamentos e donativos de emergência. Em nota, o Departamento de Estado afirmou que esses fundos se destinam a garantir “atendimento médico, assistência alimentar, água e saneamento, abrigo, proteção e apoio logístico”.

Federico Parra/AFP



O porto de La Guaira: fuzileiros navais norte-americanos enviados para reparos urgentes

US\$ 300 MILHÕES

Total revisado da ajuda inicial dos EUA para a Venezuela

US\$ 6,7 BILHÕES

Montante estimado pela ONU para os danos materiais

»Entrevista | ANDREAS MOTZFELDT KRAVIK | VICE-MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA NORUEGA

"Há quase que uma reconstrução da ordem global"

» RODRIGO CRAVEIRO

Número dois do Ministério das Relações Exteriores da Noruega desde 16 de outubro de 2023, Andreas Motzfeldt Kravik, 47 anos, esteve em Brasília para reuniões com autoridades brasileiras. O vice-chanceler norueguês explicou que a relação com o Brasil é “multifacetada” e destacou que seu país mantém 300 empresas no mercado brasileiro. “Temos grandes investimentos, direta e indiretamente, gerando cerca de 100 mil postos de trabalho”, afirmou. Uma das missões de Kravik foi facilitar o engajamento entre empresários dos dois países. “Há um grande apetite na Noruega”, disse, ao citar indústrias de baterias e energia renovável. Na agenda também estavam temas de política externa, como o multilateralismo, a reforma do Conselho de Segurança da ONU, o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) e desafios como as mudanças climáticas. Em um encontro com Celso Amorim, assessor especial do Planalto, Kravik debateu a conjuntura da América Latina. Em entrevista ao **Correio**, ele denunciou o desrespeito ao direito internacional, nas guerras na Ucrânia e no Irã, e defendeu a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Como vê a crescente imprevisibilidade do cenário

internacional, com as guerras no Oriente Médio e no Leste da Europa?

Essa é uma tendência que vemos se desdobrando. Temos uma guerra extremamente brutal na Europa, que foi iniciada pela Rússia, em flagrante violação à Carta da ONU. Ela está sendo travada de forma não compatível com o direito internacional humanitário. Vemos isso como algo extremamente ameaçador à nossa própria segurança, à arquitetura da segurança europeia e ao aparato de segurança global, em termos de minar o direito internacional, a autoridade da ONU e a Carta da ONU. Por isso, apoiamos a Ucrânia.

De que forma se dá esse apoio?

Estamos fornecendo suporte financeiro e militar. Aachamos imperativo para a nossa segurança, se não a vitória da Ucrânia, que ela consiga resistir à agressão da Rússia e que a guerra termine atendendo às prioridades ucranianas. Mas essa é apenas uma guerra. Conflitos estão sendo travados no Oriente Médio, entre EUA e Irã. Também vemos uma guerra civil brutal na Síria. É óbvio que ainda há um confronto entre israelenses e palestinos. É importante navegarmos nesses conflitos com base no direito internacional.

Como o governo norueguês tem feito isso?

Nós condenamos o ataque do Hamas aos civis israelenses, mas também consideramos ilegais os ataques contra civis em Gaza e, é claro, a ocupação israelense na Cisjordânia. O mesmo se aplica à guerra no Irã. Protestamos contra e expressamos nossa falta de apoio ao ataque dos Estados Unidos. Demonstramos preocupação com essas guerras e com o modo como estão sendo travadas. Por isso, protestamos contra a agressão russa na Ucrânia, mas também expressamos insatisfação com outras guerras travadas em violação ao direito internacional.

Os EUA e Israel começaram uma guerra sem consultar a ONU e os parlamentos de seus países. A ordem global está ameaçada?

Fomos bem claros que o ataque dos EUA ao Irã, sem consulta ao Conselho de Segurança e sem os requisitos de uma operação de autodefesa, foi conduzido à revelia do que o direito internacional permite, em termos de proibir o uso da força contra outros países. Fomos muito transparentes. Esses conflitos deveriam ser travados sob a primazia do direito internacional. Não achamos que esses requisitos tenham sido cumpridos

Carlos Vieira CB/DA Press



e temos visto outras nações seguirem o mesmo padrão.

E qual é a forma de superar esses desafios?

Todos esses problemas podem ser solucionados se estivermos coletivamente comprometidos, se respeitarmos o direito internacional e trabalharmos em primazia com as organizações internacionais. Quando países importantes, como os EUA e a Rússia, começam a abandonar suas

obrigações legais, isso é uma séria preocupação para nós. Apoiar o direito internacional deveria ser uma das principais prioridades de nossa política externa. E é uma das nossas prioridades centrais.

Quais são os outros desafios à ordem global?

Países estão abandonando suas obrigações ante a Organização Mundial do Comércio (OMC), o que é extremamente preocupante. Mas

também há um fenômeno subjacente: a desconfiança entre o Sul e o Norte globais. Temos visto quase que uma reconstrução da ordem global, em termos de novos países exigindo um lugar à mesa, como Índia, Brasil, África do Sul, Nigéria e Indonésia. Infelizmente, algumas instituições não são suficientemente representativas. Um dos exemplos principais, claro, é o Conselho de Segurança da ONU. Temos cinco membros permanentes, onde não se incluem representantes da África ou da América Latina.

O senhor ainda acredita no Conselho de Segurança da ONU como uma ferramenta para evitar conflitos?

É a única entidade que pode não apenas criar um direito internacional, como é a única capaz de autorizar o uso da força. Um dos problemas é que há falta de confiança entre os membros permanentes, o que inibe a tomada de decisões. O Conselho está paralisado. Outro problema é que países poderosos não estão representados naquela instância. O Brasil detém um enorme poder, tem uma economia imensa, fala com uma voz muito clara na arena internacional, mas não está representado como membro permanente. O mesmo vale para a África do Sul, para a Índia, para outras nações africanas.